

A concentração fundiária no Território da Cidadania Planalto Norte – Santa Catarina, Brasil

Luis Claudio Krajevski

Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil.

e-mail: luisck@ufpr.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é examinar a evolução da concentração fundiária no Território da Cidadania Planalto Norte, Santa Catarina (Brasil), no período 2006-2017. A escolha por este território é decorrente do grau de desenvolvimento socioeconômico dos municípios que o compõem, com indicadores significativamente inferiores às médias catarinenses. Santa Catarina é um dos Estados brasileiros mais desenvolvidos, inclusive com menor grau de concentração de terras quando comparado a outras unidades da federação. Este estudo utiliza a metodologia bibliográfica e documental, adotando a abordagem dialética. Inicialmente se exibem algumas características socioeconômicas e fundiárias de Santa Catarina, inclusive com breves apontamentos relacionados a sua formação econômica. A seguir, se adota a mesma diretriz para contextualizar o território objeto deste estudo para, em seguida, examinar os dados da concentração fundiária na região. A principal base de dados utilizada é o Censo Agropecuário, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No tocante à finalidade deste estudo, os resultados evidenciam a elevação da concentração fundiária nos municípios do território. Ademais, é possível observar as adversidades socioeconômicas existentes na região, como também a necessidade de ações voltadas à redução da concentração fundiária, tais como projetos de reforma agrária.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; estrutura fundiária; assentamentos rurais; questão agrária.

Land concentration in the Planalto Norte Citizenship Territory - Santa Catarina, Brazil

Abstract

The objective of this work is to examine the evolution of land concentration in the Territory of Citizenship Planalto Norte, Santa Catarina (Brazil), in the period 2006-2017. The choice for this territory is due to the degree of socioeconomic development of the municipalities that compose it, with indicators significantly lower than the Santa Catarina averages. Santa Catarina is one of the most developed Brazilian states, even with a lower degree of land concentration when compared to other units of the federation. This study uses the bibliographic and documentary methodology, adopting the dialectic approach. Initially, some socioeconomic and land-related characteristics of Santa Catarina are exhibited, including brief notes related to its economic formation. Next, the same guideline is adopted to contextualize the territory that is the object of this study, and then to examine data on land concentration in the region. The main database used is the Agricultural Census, produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Regarding the purpose of this study, the results show an increase in land concentration in municipalities in the territory. Furthermore, it is possible to observe the socioeconomic adversities existing in the region, as well as the need for actions aimed at reducing land concentration, especially in land reform projects.

Keywords: Territorial development; land structure; rural settlements; agrarian issue.

Concentración fundiaria en el *Território da Cidadania Planalto Norte* - Santa Catarina, Brasil

Resumen

El objetivo de este trabajo es examinar la evolución de la concentración fundiaria en el *Território da Cidadania Planalto Norte*, Santa Catarina (Brasil), en el periodo 2006-2017. La elección de este territorio se debe al grado de desarrollo socioeconómico de los municipios que lo componen, con indicadores significativamente más bajos que los promedios de Santa Catarina. Santa Catarina es uno de los estados brasileños más desarrollados, incluso con menor concentración de tierras en comparación con otras unidades de la federación. Este estudio utiliza la metodología bibliográfica y documental, adoptando el enfoque dialéctico. Inicialmente, se exhiben algunas características socioeconómicas y fundiarias de Santa Catarina, incluidos breves apuntes relacionados con su formación económica. Luego, se adopta la misma directriz para contextualizar el territorio que es objeto de este estudio para, a continuación, examinar los datos sobre la concentración fundiaria en la región. La principal base de datos utilizada es el *Censo Agropecuario*, producido por el *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. En cuanto a la finalidad de este estudio, los resultados muestran un aumento en la concentración fundiaria en los municipios del territorio. Además, es posible observar las adversidades socioeconómicas existentes en la región, así como la necesidad de acciones orientadas a reducir la concentración fundiaria, tales como proyectos de reforma agraria.

Palabras clave: Desarrollo territorial; estructura de la tierra; asentamientos rurales; problema agrario.

Introdução

O Brasil apresenta elevada concentração fundiária, algo que se estende desde seu processo de colonização até os dias atuais. Embora possa existir certa ausência de linearidade ao longo do tempo, a adoção do sistema de Capitánias Hereditárias, das sesmarias e a Lei de Terras (1850), aliada a inexistência de uma efetiva política de reforma agrária, contribuíram para esta concentração (STÉDILE, 2005). Os últimos dados do censo agropecuario de 2017, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não só reforçam esta situação como indicam certa elevação na concentração de terras. A título de exemplo, o Índice de Gini da Concentração Fundiária - IGCF¹ brasileiro de 2017 foi de 0,867, ante 0,865 de 2006 e 0,858 de 1996 (IBGE, 2017). Ainda que este aumento não seja expressivo, as possíveis ações adotadas nos últimos anos voltadas à desconcentração fundiária não lograram êxito. Ademais, conforme a classificação utilizada por Câmara (1949, *apud* SOUZA e LIMA, 2003), a concentração de terras no Brasil atualmente é classificada entre “forte e muito forte”.

¹ O IGCF mede o grau de concentração fundiária: quanto mais próximo de 1,000, maior a concentração; quanto mais próximo de zero, menor a concentração.

A dimensão territorial brasileira, as diferenças climáticas e a diversidade agrícola são algumas das razões pelas quais estes números sejam discrepantes entre suas regiões. No caso específico de Santa Catarina, Estado da Região Sul do país, a concentração fundiária é significativamente inferior à média nacional, conforme dados do IBGE (2017). Ao observar o território catarinense, se observam distintos graus de concentração fundiária entre suas regiões. Neste sentido, cabe um olhar sobre o Território da Cidadania Planalto Norte – TCPN, uma das regiões menos desenvolvidas do Estado.

O TCPN foi criado em decorrência do Programa Territórios da Cidadania – PTC, política pública do governo federal implementada em 2008. O programa visava, basicamente, promover o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas do território brasileiro, além de padronizar ações do governo federal (KRAJEVSKI, MANTOVANELLI JUNIOR e THEIS, 2020). Por ser uma das regiões menos desenvolvidas de Santa Catarina, o planalto norte catarinense foi integrado ao PTC. Nesta região as atividades extrativas e agropecuárias possuem grande relevância, conforme será visto ao longo deste estudo. Dessa maneira, o objetivo desta investigação é examinar a evolução da concentração fundiária no TCPN considerando os dois últimos censos agropecuários, 2006 e 2017.

Para esse fim, o procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica permitiu não só resgatar, de forma sintetizada, o histórico da ocupação de parte do norte catarinense, como também facilitou a compreensão da atual estrutura fundiária. A abordagem utilizada foi a dialética, no sentido de buscar compreender algumas contradições existentes de acordo com os dados coletados. Assim, é possível construir determinadas sínteses que permitem entender parte da realidade do território em questão. Os principais dados são fornecidos pelos IBGE, especialmente àqueles relacionados à estrutura fundiária.

O presente estudo está subdividido em cinco seções, incluindo esta breve introdução. A próxima seção busca contextualizar a ocupação e a formação econômica catarinense, incluindo elementos relacionados a sua estrutura fundiária, além de descrever o atual desenvolvimento socioeconômico do Estado. A seção seguinte aborda o TCPN visando resgatar historicamente aspectos alusivos à sua ocupação, formação econômica e estrutura fundiária, além de caracterizar a atual situação socioeconômica dos municípios da região. A quarta seção contém os dados coletados e suas respectivas análises a respeito da estrutura e concentração fundiária existente no TCPN, com ênfase na evolução observada entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. Na última seção, têm-se as considerações finais.

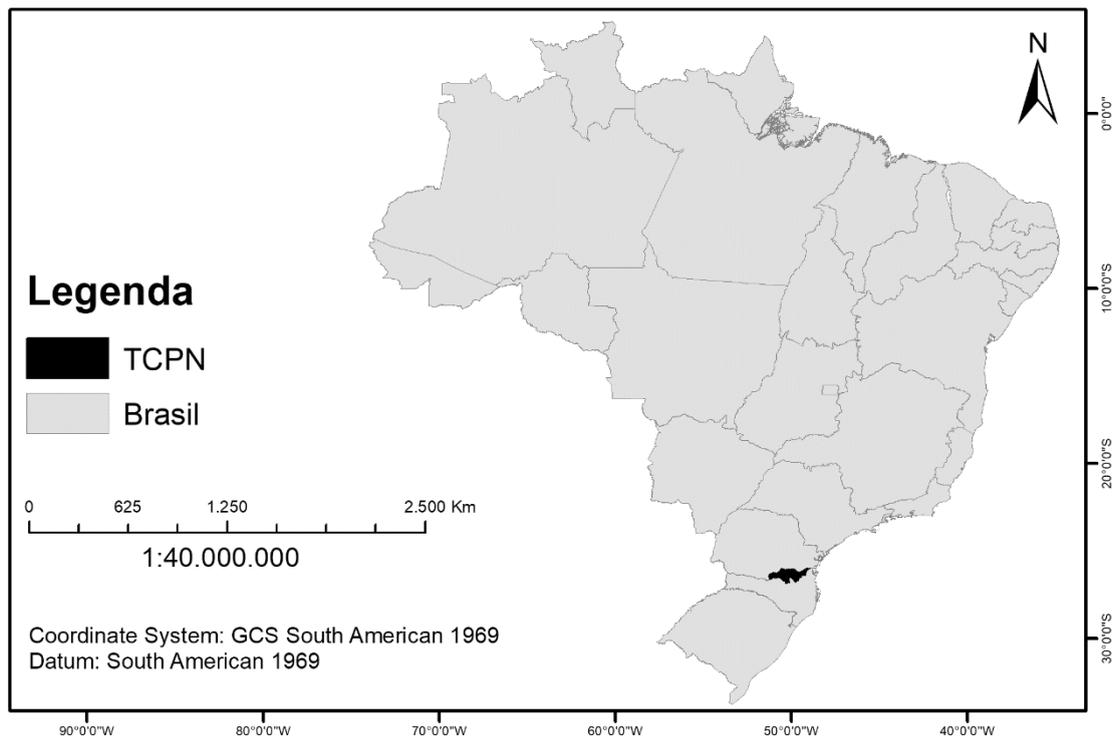
Concentração fundiária e desenvolvimento catarinense

Esta seção busca contextualizar brevemente a economia catarinense, através de sua formação histórica, estrutura fundiária e indicadores socioeconômicos. Isso se faz necessário para ressaltar não só as características de Santa Catarina, mas como estas se diferem do restante do país, e como o próprio TCPN se diferencia da dinâmica estadual. Para tanto, num primeiro momento se estabelece alguns elementos relacionados à formação econômica do Estado, incluindo aspectos orientados à questão fundiária para, em seguida, apresentar indicadores selecionados que permitem caracterizar o desenvolvimento socioeconômico catarinense.

Formação socioeconômica e a estrutura fundiária catarinense

O Estado de Santa Catarina está localizado na região Sul do Brasil, com área territorial de 95.730,921 km², sendo apenas o vigésimo dentre as 26 unidades federativas em extensão territorial (IBGE, 2020a). A figura 1 situa Santa Catarina e o TCPN (localizado no norte catarinense) no território brasileiro.

Figura 01: Localização de Santa Catarina e do TCPN no território brasileiro.



Fonte: elaboração própria.

Segundo Mattei (2011), durante os dois primeiros séculos após o “descobrimento” do território português na América, o território que viria a ser Santa Catarina não teria, como colônia, utilização para a metrópole (Portugal), pois sua relevância estava relacionada a

defesa territorial. A ocupação litorânea do Estado ocorre com esta finalidade, embora a produção de alguns produtos, voltados à subsistência, ganhasse notoriedade. Ao longo do século XIX Santa Catarina ainda se encontraria em formação, com disputas territoriais com os Estados de São Paulo e Paraná (DAROSSO, 2014). Um segundo momento em que o Estado é ocupado com maior intensidade se dá diante do fornecimento da pecuária da Região Sul a São Paulo (MATTEI, 2011). Este trajeto do transporte de gado vai contribuir com o surgimento de alguns povoados ao longo do planalto catarinense (BERNARDY, DALOTTO e LOCH, 1999).

Segundo Goularti Filho (2007), a imigração europeia se intensificaria após 1875. Conforme seus apontamentos, “Em 1850, os estrangeiros representavam 1,8% da população, passando para 9,2% em 1900. De 1872 a 1900, o aumento da população estrangeira no Estado foi de 84,9%” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 73). Convém ressaltar uma importante distinção referente a atração de imigrantes europeus para Santa Catarina quando comparado a outros fluxos migratórios para o Brasil. Conforme Zanchet (1990), os europeus que migraram para Santa Catarina receberam terras na condição de proprietários, diferente de outras regiões brasileiras, em que os migrantes chegavam na condição de assalariados ou parceiros. Ainda para esta autora, esta condição contribuiu para a formação de uma estrutura agrária catarinense peculiar, de pequenas propriedades.

As primeiras indústrias catarinenses estariam atreladas ao segmento extrativo (erva-mate, madeira e carvão); alimentício (farinha, açúcar e derivados de suínos) e têxtil (GOULARTI FILHO, 2007). Conforme o mesmo autor, entre 1945 e 1962 ocorreria significativa diversificação e ampliação da base produtiva, com destaque para as indústrias de cerâmica, papel e papelão e metalmeccânica. Entre 1962 e 1990 ocorre a consolidação do capital industrial, com o importante apoio do setor financeiro, através de bancos públicos, e com programas estaduais de fomento. Este cenário seria modificado a partir dos anos 1990, com a abertura comercial, a reestruturação produtiva e a perda do apoio estatal aos setores produtivos (GOULARTI FILHO, 2007).

Especificamente sobre a estrutura fundiária, conforme já apontado por Zanchet (1990), a migração europeia teve acesso às terras catarinenses como proprietários, e isso auxilia a compreender a estrutura fundiária presente, afinal “[...] a formação histórica da sociedade catarinense baseou-se na pequena propriedade familiar.” (ZANCHET, 1990, p. 53). Para Santo,

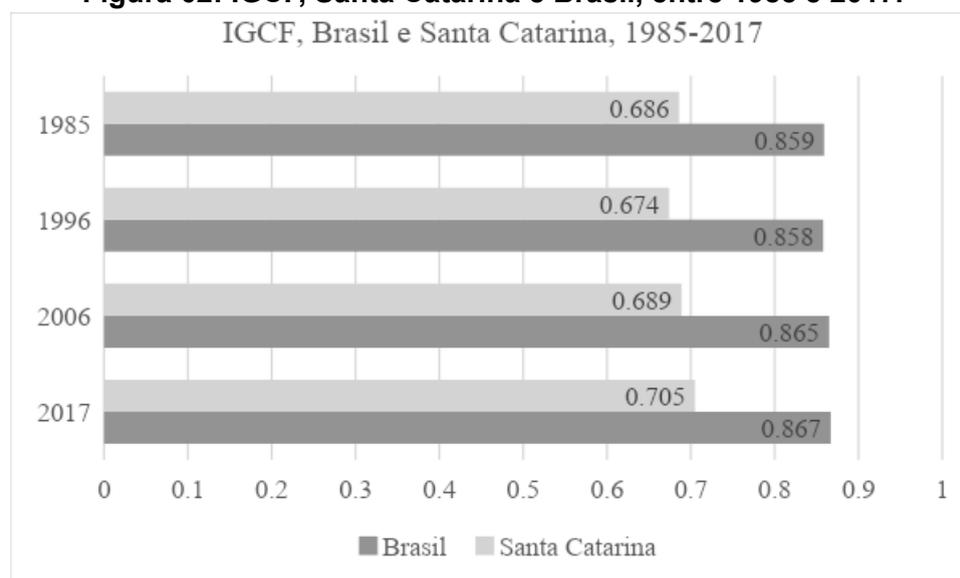
O processo de colonização do Estado de Santa Catarina constituiu-se basicamente de contingentes de imigrantes europeus ou de seus descendentes. Estes ocuparam a terra em diversos pequenos lotes e na condição de proprietários, introduzindo a produção diversificada associada com as pequenas criações, principalmente de suínos, voltados para o mercado interno e o auto-consumo. Esta forma de ocupação apreça ter isso o principal fator a conduzir o Estado a apresentar uma distribuição menos

desigual da posse da terra, quando comparado a outras regiões brasileiras. (Santo, 1998: 148).

Contudo, isso não significa que a grande propriedade inexistia na formação econômica catarinense. Zanchet (1990) assinala a existência de propriedades deste porte justamente no período em que o território catarinense era utilizado para o transporte do gado sulino, com destaque para o planalto catarinense.

A concentração fundiária diz respeito ao acúmulo de terra nas mãos de poucos proprietários. No caso brasileiro, este processo tem ocorrido desde sua formação econômica. A respeito da concentração fundiária catarinense, Santo (1998) assinala que houve elevação das desigualdades relacionadas à distribuição de terras no período 1920-1985. A autora salienta ainda que o IGCF catarinense indicou concentração entre “média e forte” no período analisado, com acirramento dessa concentração entre 1975 e 1985. Zanchet (1990) já havia registrado esse aumento da desigualdade fundiária no período 1970-1980. Para uma maior precisão a respeito da concentração fundiária catarinense, a figura 2 retrata o IGCF do Brasil e de Santa Catarina nas últimas décadas.

Figura 02: IGCF, Santa Catarina e Brasil, entre 1985 e 2017.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE (2017).

Considerando os dados do IBGE (2017), observa-se que Santa Catarina apresenta concentração fundiária significativamente inferior à média nacional. No caso brasileiro o recuo na concentração foi mínimo entre 1985 e 1996, voltando a subir desde então. Com relação a Santa Catarina, apesar de certa redução entre 1985 e 1996, a concentração se eleva a partir de 2006, com um aumento maior se comparada à brasileira. Isto é, mesmo com uma concentração abaixo da média nacional, o Estado registrou uma elevação proporcionalmente maior no período examinado.

Desenvolvimento Catarinense

Conforme dados do IBGE (2020a), Santa Catarina possuía uma população estimada de 7.164.788 pessoas em 2019. Comumente, é visto com uma unidade da federação brasileira das mais desenvolvidas, haja vista apresentar indicadores socioeconômicos melhores que as médias nacionais. Contudo, outras características o diferenciam, como a sua formação socioeconômica e, também, sua estrutura fundiária. O quadro 1, a seguir, apresenta alguns indicadores socioeconômicos catarinenses selecionados e os compara com as médias nacionais.

Quadro 01: Indicadores socioeconômicos selecionados, Brasil e Santa Catarina, 2010.

	Brasil	Santa Catarina	Posição de Santa Catarina entre os Estados brasileiros
Renda per capita (R\$)	793,87	983,4	3º
IDH	0,727	0,774	2º
Índice de Gini	0,6	0,49	1º
% pobres	15,2	3,65	1º
% extremamente pobres	6,62	1,01	1º

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do PNUD (Atlas Brasil, 2013).

É possível observar que Santa Catarina goza de uma situação relativamente privilegiada de acordo com estas variáveis. Por exemplo, a renda *per capita* catarinense, R\$ 983,40, é R\$ 189,53 superior a renda média nacional (R\$ 793,87), ou seja, 23,87% acima da renda média brasileira. Este resultado é o terceiro melhor entre as unidades da Federação. Outro indicador satisfatório é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, sendo o resultado catarinense superior à média brasileira (0,774 ante 0,727 do IDH nacional). Ainda que a classificação do Estado seja a mesma do país de acordo com o PNUD² (alto desenvolvimento), Santa Catarina é a segunda melhor unidade da federação neste quesito.

Com relação ao Índice de Gini relativo à renda, o resultado catarinense não só é sensivelmente melhor que o brasileiro, como atinge o primeiro lugar no ranking entre os Estados subnacionais. Os dois últimos indicadores, percentual de pobres e percentual de extremamente pobres, também apontam resultados bem acima dos números nacionais, o que coloca Santa Catarina em primeiro lugar no ranking por Estados. Segundo o IBGE (2020a), o PIB *per capita* catarinense, de R\$ 39.592,28, é superior ao brasileiro em mais de 24% (PIB *per capita* brasileiro R\$ 31.833,50), sendo o quarto no ranking por Estado.

² Conforme classificação do PNUD, as faixas de desenvolvimento são assim constituídas: 0,000 a 0,499 – muito baixo; 0,500 a 0,599 – baixo; 0,600 a 0,699: médio; 0,700 a 0,799 – alto; e 0,800 a 1,000: muito alto (PNUD, 2017).

Este conjunto de indicadores serve para explicitar a posição privilegiada que Santa Catarina possui diante do cenário nacional. Isso não significa, em absoluto, que não existam graves desigualdades intrarregionais no território catarinense. Aliás, isso não é possível e nem esperado no modo de produção capitalista. Todavia, a magnitude destas desigualdades deve ser melhor examinada. E o TCPN é uma das regiões catarinenses em que estes indicadores são ainda mais discrepantes, conforme será observado na próxima seção.

De qualquer forma, os indicadores socioeconômicos catarinenses se encontram acima das médias nacionais, inclusive quanto ao grau de concentração fundiária. Todavia, houve elevação desta concentração nas últimas décadas. Talaska (2017) vai além, ao registrar que existiam 1.719 latifúndios de exploração³ em 2014, os quais ocupam 10,9% da área total dos imóveis rurais catarinenses (977.959 hectares). Desse modo, essa seção permitiu contextualizar Santa Catarina em relação ao território brasileiro, além de dispor brevemente sobre sua formação econômica e estrutura fundiária. Isso será oportuno para compreender as características econômicas e fundiárias do TCPN.

O TCPN: formação e desenvolvimento socioeconômico

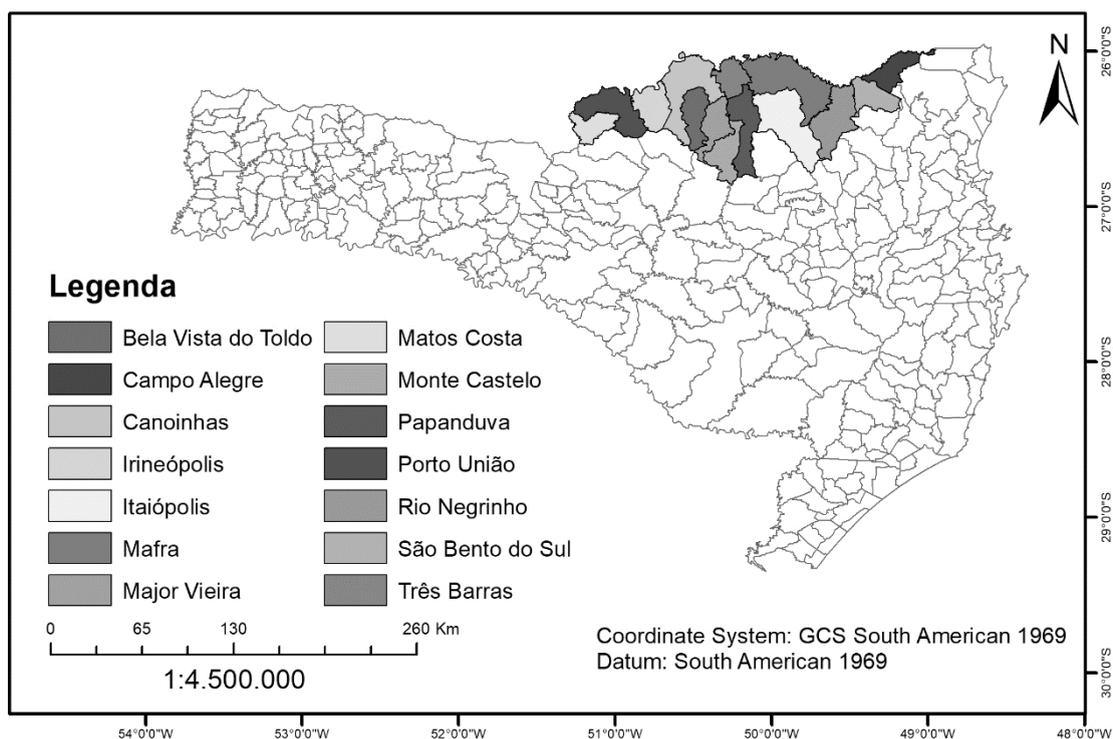
Buscando explicitar qual território é objeto deste estudo, duas caracterizações serão feitas antes da evolução da concentração fundiária propriamente dita. A primeira se refere a ocupação e formação socioeconômica da região. Tal descrição não só auxilia na compreensão do que o TCPN é atualmente, como mantém relações com a estrutura fundiária que será vista na seção seguinte. Para isso, um breve histórico envolvendo a questão fundiária está aí incluído. O segundo aspecto analisado se refere a alguns indicadores socioeconômicos que ilustram o desenvolvimento do território. Ao se comparar com os resultados catarinenses, será possível dimensionar a realidade regional.

Ocupação e formação econômica do TCPN

O TCPN está localizado na região norte de Santa Catarina, conforme retratado na figura 3. É composto por quatorze municípios, a saber: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras.

Figura 03: Municípios do TCPN e Santa Catarina.

³ Latifúndio de exploração: “Aqueles imóveis que não se enquadram no conceito de propriedade produtiva (Lei nº 8.629/1993, art. 6º)” (TALASKA, 2017, p. 44).



Fonte: Elaboração própria.

Antes do processo de colonização o território era ocupado por indígenas da etnia Xokleng (DORTZBACH, VIEIRA e KROTH, 2018). O povoamento da região se intensificaria com a constituição do Caminho do Viamão, que ligava o Sul do país a São Paulo. Segundo esses autores,

O “Caminho do Viamão” foi de grande importância no povoamento da região, cortando, no estado de Santa Catarina, o trecho de campos do Planalto Sul Catarinense e alcançando a Serra do Espigão, onde atravessava, igualmente, o Planalto Norte pelos campos da Estiva. Tratava-se do cominho dos tropeiros, com basicamente o mesmo traçado da atual BR-116, estabelecido entre o século XVIII até o princípio do século XX como uma rota entre o extremo sul do Brasil e a cidade de Sorocaba. (DORTZBACH, VIEIRA e KROTH, 2018, p. 65)

Ao longo deste trajeto surgiram alguns povoados, dentre eles o de Rio Negro (Paraná)⁴. Especificamente sobre o TCPN, Goularti Filho (2012) assevera que além deste movimento, Caminho do Viamão, outros dois fluxos permitiram a ocupação da região, ambos provenientes do Estado do Paraná. O primeiro se refere às expedições que partiam da capital paranaense, Curitiba, em direção ao Sul do Estado com o intuito de ocupar as terras, além da busca por metais preciosos e aprisionamento de indígenas. O segundo fluxo foi a migração de colonos europeus (principalmente alemães, poloneses e ucranianos) que,

⁴ Rio Negro se localiza no sul do Estado do Paraná, sendo que um rio (Negro) marca a divisa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Convém ressaltar que parte do TCPN pertenceu anteriormente ao município de Rio Negro.

inicialmente, haviam se instalado no Paraná e, em seguida, se deslocaram para o futuro planalto norte catarinense.

Desde esse momento de ocupação do território as atividades econômicas ligadas ao setor primário estariam presentes, algo existente até os dias atuais. Para Milani (2013), a colonização da região seria decorrente das riquezas naturais do território. As primeiras atividades que se destacaram foram a pecuária e, em seguida, a madeira e a erva-mate (GOULARTI FILHO, 2012). Para esse autor,

A aniquilação de populações nativas, a ocupação do território, o avanços das fazendas de criação e das vias de comunicação num amplo espaço territorial, onde havia reservas de araucária e erva-mate, criaram condições futuras para a valorização do capital agrário mercantil (GOULARTI FILHO, 2012, p. 189).

A pecuária, conforme assinalado anteriormente (Caminho do Viamão), contribuiu para a ocupação de parte do território. Já a erva-mate seria um produto de grande relevância para as economias paranaense e catarinense no início do século XX. No momento em que a erva-mate ganhava importância, a migração de europeus para a região se acentuava, impactando na cultura do trabalho da época (ROCHA, BAZZANELLA e MARCHESAN, 2019). Ainda de acordo com esses autores, esta mudança com relação ao trabalho seria intensificada com a instalação da madeireira Lumber⁵ no território.

Para Rocha, Bazzanella e Marchesan (2019), a relevância da indústria madeireira até os dias atuais é resultado do modelo capitalista instaurado na região entre os fins do século XIX e início do século XX. Aliás, esses autores destacam um importante contraste entre aqueles que povoaram o território: de um lado o caboclo, produzindo para sua subsistência; de outro o europeu, integrado a uma dinâmica capitalista.

Neste contexto, é possível identificar certa contradição que surge quando da ocupação do território. Por um lado, o extrativismo foi crucial para a ocupação da região, atraindo inclusive capital estrangeiro, e consolidando as primeiras atividades econômicas. De outro, a ocupação decorrente destas atividades propiciou a concentração de recursos no setor primário da economia, obstruindo o desenvolvimento de outras atividades econômicas mais dinâmicas, além de mais eficientes quanto a distribuição de renda.

A construção da estrada de ferro que liga Porto União ao litoral catarinense, utilizada para o escoamento da produção de erva-mate, acabou sendo um acontecimento que atraiu força de trabalho para a região (DORTZBACH, VIEIRA e KROTH, 2018). Ainda de acordo com estes autores, o desenvolvimento do planalto norte catarinense se daria de

⁵ Lumber foi uma grande madeireira instalada na região. "A Southern Lumber and Colonization Company constituía uma companhia subsidiária da Brazil Railway Company, originária dos EUA, mas com capital levantado na Europa, que cuidava dos negócios com estradas-de-ferro no Brasil." (TRES, REIS e SCHLINDWEIN, 2005, p. 156).

forma mais concreta após o fim da Guerra do Contestado e a redução do número de caboclos na região.

A Guerra do Contestado foi um conflito armado que envolveu partes dos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina. Para Tomporoski (2016), o conflito é resultado de diversas motivações e objetivos, que podem ser sintetizados nos interesses da Lumber, na disputa entre limites de Paraná e Santa Catarina e no conflito entre posseiros e coronéis na região. A questão agrária e a estrutura fundiária estiveram no cerne do conflito (GOSS, 1999; MACHADO, 2001⁶; CARVALHO, 2009).

Com o passar dos anos a matriz econômica da região foi se consolidando em torno da agropecuária e da produção industrial. Esta, porém, estava diretamente vinculada às atividades extrativas, visto que a base desta indústria instalada era o beneficiamento da madeira (móveis, papel e celulose) e da erva-mate. Atividades estas que são relevantes desde a ocupação da região, conforme assinalado por Kroth (2018). Para Tres, Reis e Schlindwein,

A origem das forças econômicas e políticas da região foi sempre proveniente do processo de dominação e de ocupação do território, geralmente apoiado pelo Estado, o qual, direta ou indiretamente, promoveu uma crescente e gradativa redução das áreas de cobertura florestal nativa (TRES, REIS e SCHLINDWEIN, 2005, p. 167).

Esses acontecimentos permitiram a constituição de uma estrutura fundiária concentrada no território. Neste sentido, Melo (2017) entende que a mesma é resultante, também, da vitória do capital e da exploração do território ao longo dos anos. E mais, o autor entende que a atual pobreza existente no território é derivada, inclusive, da Guerra do Contestado. Segundo Melo (2017).

A Guerra do contestado ocorreu no Paraná e em Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916, tendo sido ocasionada por vários fatores, dentre eles a disputa pela posse da terra entre os dois estados, uma competição econômica pela exploração da Floresta de Araucária, a expansão do capital internacional sobre o território caboclo e um movimento messiânico de grandes proporções [...]. (Melo, 2017, p. 134).

Outro elemento que deve ser considerado se refere a transformação que a atividade madeireira enfrentaria a partir da década de 1960. Se até esta década predominava a derrubada da mata nativa e sua comercialização, a partir dali o território passa a ser objeto de reflorestamento. De acordo com Tomporoski e Marchesan (2016).

Não obstante esse processo histórico de extrativismo das florestas nativas, em fins da década de 1960, a introdução de espécies exóticas contribuiu para a permanência do processo extrativista, e perpetuou-se mediante o

⁶ O estudo de Machado contribui não só para a compreensão das origens do confronto, como também examina a ocupação e a questão de terras no referido período (MACHADO, 2001).

reflorestamento de milhares de hectares com árvores pinus illiottii. As áreas reflorestadas visam atender, principalmente, a demanda por matéria-prima das indústrias de papel e celulose – muitas das quais controladas pelo capital estrangeiro – possibilitando a utilização destas áreas em prol do desenvolvimento sustentável, e, assim, amenizar as históricas desigualdades sociais neste território (TOMPOROSKI e MARCHESAN, 2016, p. 53).

Segundo Melo (2017), este processo (reflorestamento) não só está distante da recuperação da fauna e flora, como também não deixa de ser uma monocultura, com alto uso de agrotóxicos e perda irreparável do ponto de vista ambiental. O autor entende que o modelo econômico utilizado não tem proporcionado desenvolvimento socioeconômico ao território. Daí sua defesa em favor da reforma agrária como uma política que possibilitaria vantagens sociais e econômicas, além de certo reparo a população descendente dos caboclos que perderam suas terras durante o conflito do Contestado.

É importante salientar que há diferentes interpretações a respeito do que se entende por reforma agrária. Coca (2013, p. 191) entende que “[...] a reforma agrária deve ser entendida na perspectiva da conquista da propriedade da terra pelos camponeses, ocasionando uma melhora na sua qualidade de vida e conseqüentemente fortalecendo-o enquanto classe social.” Carvalho (2010), após apresentar alguns conceitos a respeito da reforma agrária, entende que a mesma, no caso brasileiro, deve “[...] ser um processo articulado por um movimento social que representa nacionalmente a luta por uma transformação na estrutura fundiária, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola.” (CARVALHO, 2010, p. 401). Estas definições se complementam e são suficientes para a compreensão deste estudo.

Não obstante, cabe aqui uma importante ressalva a respeito da reforma agrária. Para Roos (2011), a reforma agrária jamais foi uma política do Estado brasileiro. Os assentamentos rurais constituem o principal instrumento de reforma agrária no país, mas não representa a reforma agrária em si. De acordo com Coca (2013), o acesso ou a posse da terra não basta, a reforma agrária deveria contemplar melhores condições de vidas às famílias assentadas. Carvalho (2004) vai além, ao entender que os assentamentos rurais representam apenas uma política compensatória diante do atraso da reforma agrária no país. Entretanto, até mesmo a política de assentamentos rurais é limitada, conforme será vista na próxima seção.

Conforme aponta o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural do Planalto Norte Catarinense (HANISCH, GAERTNER, HIRANO e BONFLEUR, 2006), a concentração fundiária se destaca como um entrave ao desenvolvimento da região. Segundo Tomporoski, “[...] observa-se, no Território do Contestado, a continuidade de um modelo econômico baseado no extrativismo, do qual advém problemas de ordem social, econômica e

ambiental, impondo severas restrições àquele território.” (TOMPOROSKI, 2016, p. 85). Ainda, para este autor, a concentração fundiária seria consequência deste modelo extrativista.

A forma de ocupação e desenvolvimento do território parece ter ignorado os povos que ali residiam. E isso se aplica não somente aos povos originários, mas também aos colonos e outros residentes na região. Eis um evidente conflito: a defesa de certo “desenvolvimento econômico” sem considerar os anseios da população que habitavam o território. Certamente os capitalistas que exploraram as condições favoráveis para a acumulação e reprodução do capital não consideraram as demandas regionais, algo típico do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento socioeconômico do TCPN

Este estudo parte do pressuposto que o desenvolvimento socioeconômico decorre da melhoria de indicadores econômicos e sociais. Nitidamente o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região não se resume a um conjunto de indicativos. Ademais, a escolha destas variáveis, para indicar o desenvolvimento, não é consensual (SIEDENBERG, 2003). Entretanto, estes indicadores auxiliam a compreensão da realidade socioeconômica de certa população. Neste sentido, a tabela 1 expõe dados demográficos selecionados sobre o TCPN.

De acordo com estimativas do IBGE (2020a), o território possuía em 2019 uma população de 381.599 habitantes, o que representa 5,32% da população catarinense (7.164.788). O grau de urbanização da região é de 76,35%, inferior a urbanização catarinense, de 84% (Atlas Brasil, 2013). A população rural é superior a urbana em três municípios: Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Major Vieira. Enquanto quatro municípios possuem população total inferior a dez mil habitantes, outros três municípios detêm população superior a cinquenta mil habitantes.

Tabela 01: População censitária urbana, rural e grau de urbanização (2010) e população estimada (2019), Santa Catarina e TCPN.

	População Censitária 2010			Grau de urbanização em 2010 (%)	População estimada em 2019
	Total	Urbana	Rural		
Santa Catarina	6.248.436	5.247.913	1.000.523	84,0	7.164.788
Bela Vista do Toldo	6.004	847	5.157	14,1	6.337
Campo Alegre	11.748	7.237	4.511	61,6	11.978
Canoinhas	52.765	39.273	13.492	74,4	54.401
Irineópolis	10.448	3.519	6.929	33,7	11.222
Itaiópolis	20.301	10.737	9.564	52,9	21.669

Mafra	52.912	41.318	11.594	78,1	56.292
Major Vieira	7.479	2.961	4.518	39,6	8.103
Matos Costa	2.839	1.465	1.374	51,6	2.520
Monte Castelo	8.346	4.849	3.497	58,1	8.275
Papanduva	17.928	9.184	8.744	51,2	19.320
Porto União	33.493	28.266	5.227	84,4	35.398
Rio Negrinho	39.846	36.348	3.498	91,2	42.302
São Bento do Sul	74.801	71.234	3.567	95,2	84.507
Três Barras	18.129	15.365	2.764	84,8	19.275
TCPN	357.039	272.603	84.436	76,35	381.599

Fonte: Elaboração própria, com base no Atlas Brasil (2013) e IBGE (2020a).

O quadro 02 exibe alguns indicadores socioeconômicos, os quais são comparados com as médias catarinenses. Com relação a renda média, nenhum dos municípios da região possui valor acima da catarinense (R\$ 983,90). Ainda mais grave é observar que quatro municípios da região possuem renda média inferior a 50% da catarinense: Bela Vista do Toldo, Matos Costa, Monte Castelo e Major Vieira. Apenas três municípios possuem IDH acima da média catarinense (0,774): Porto União, São Bento do Sul e Mafra, sendo que outros seis municípios são classificados como alto desenvolvimento. Entretanto, cinco municípios apresentam grau médio de desenvolvimento: Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Matos Costa e Monte Castelo. No tocante ao Índice de Gini (renda), os resultados são relativamente melhores, embora Irineópolis e Porto União apresentem concentração de renda acima do coeficiente estadual.

Quadro 02: Indicadores socioeconômicos selecionados de Santa Catarina e TCPN, 2010.

	Renda média per capita (R\$)	IDH municipal	Índice de Gini	% pobres	% extremamente pobres
Santa Catarina	983,90	0,77	0,49	3,65	1,01
Bela Vista do Toldo	329,28	0,68	0,46	20,14	11,67
Campo Alegre	539,90	0,71	0,41	8,08	3,30
Canoinhas	692,87	0,76	0,49	8,63	2,43
Irineópolis	708,34	0,70	0,54	10,69	2,60
Itaiópolis	625,36	0,71	0,49	11,82	3,88
Mafra	789,53	0,78	0,49	5,40	1,46
Major Vieira	465,76	0,69	0,46	17,28	7,17
Matos Costa	402,83	0,66	0,45	19,28	7,11
Monte Castelo	432,84	0,68	0,44	15,25	5,22
Papanduva	589,35	0,70	0,47	10,80	3,58
Porto União	864,41	0,79	0,53	6,26	1,05
Rio Negrinho	664,58	0,74	0,44	5,02	0,31

São Bento do Sul	923,29	0,78	0,49	2,97	0,71
Três Barras	539,69	0,71	0,47	12,49	2,59

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do PNUD (Atlas Brasil, 2013).

Com relação ao percentual de pobres os resultados são preocupantes, pois apenas São Bento do Sul dispõe de números melhores que a média catarinense. Quanto aos extremamente pobres, Rio Negrinho e São Bento do Sul apresentam resultados “satisfatórios”, abaixo dos números estaduais. Considerando o percentual de pobres e extremamente pobres, dez municípios possuem percentuais superiores a 10% de suas populações nestas condições. Em quatro municípios a situação é ainda mais crítica, pois Bela Vista do Toldo (31,81%), Major Vieira (24,45%), Matos Costa (26,39%) e Monte Castelo (20,47%) exibem percentuais superiores a 20% de suas populações nas condições de pobres e extremamente pobres. No caso específico de Bela Vista do Toldo, somente o percentual de extremamente pobres já supera 10% de sua população (11,67%). Ao acrescentar o percentual de pobres, praticamente um terço de sua população vive nestas condições. Assim, os indicadores aqui retratados indicam as discrepâncias do TCPN com as médias catarinenses.

No que diz respeito à economia da região, Theis, Mattedi e Krajevski (2019) apontam o predomínio das atividades extrativistas e da agropecuária no território. Buscando esboçar um perfil desta economia, a tabela 2 apresenta o Valor Adicionado Bruto da produção – VAB referente ao ano de 2017. O VAB indica o valor de cada setor econômico (agropecuária, indústria, serviços e administração pública) contribui para o valor final produzido.

Tabela 02: VAB (em R\$ 1.000), por setores e total, de Santa Catarina e do TCPN, 2017.

	VAB total	VAB agropecuária	VAB indústria	VAB serviços	VAB adm. Pública
Santa Catarina	233.948.000,000	14.212,000	63.230,000	122.830,000	33.674,000
Bela Vista do Toldo	135.547,13	75.215,40	6.275,50	23.545,31	30.510,93
Campo Alegre	405.466,90	49.026,10	181.654,20	112.491,29	62.295,31
Canoinhas	1.456.769,59	239.601,05	281.034,78	702.833,74	233.300,02
Irineópolis	285.229,24	128.576,39	14.102,29	90.744,76	51.805,80
Itaiópolis	654.745,63	214.298,81	145.415,82	193.896,56	101.134,45
Mafra	1.514.376,85	235.803,55	296.872,57	732.487,41	249.213,32
Major Vieira	176.597,85	70.408,29	17.502,81	52.780,34	35.906,41
Matos Costa	46.960,20	17.625,65	3.096,32	10.037,90	16.200,33
Monte Castelo	144.710,27	35.202,06	16.031,26	56.301,05	37.175,89
Papanduva	493.742,72	118.360,55	89.421,92	202.318,99	83.641,27
Porto União	646.562,97	67.970,23	135.034,16	295.228,42	148.330,17

Rio Negrinho	989.393,39	66.691,81	317.712,71	402.619,17	202.369,70
São Bento do Sul	2.652.443,07	54.383,88	1.106.989,61	1.089.441,12	401.628,46
Três Barras	923.452,63	37.927,67	613.051,56	181.880,94	90.592,46
TCPN	10.525.898,47	1.410.991,44	3.224.195,51	4.146.607,00	1.744.104,52

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE (2021).

A agropecuária é o principal componente do VAB em cinco municípios e corresponde a 13,35% da produção do território. A indústria é o principal setor em três municípios: Três Barras, Campo Alegre e São Bento do Sul, sendo destaque também em Rio Negrinho. Contudo, em quatro municípios a indústria não atinge 10% do VAB municipal. Considerando o TCPN como um todo, a indústria é o segundo maior componente da produção, com 30,63%. O setor de serviços corresponde a 39,39% da produção regional, sendo o maior componente do VAB em seis municípios. A administração pública é responsável por 16,57% da riqueza produzida no território, com destaque para Bela Vista do Toldo, Matos Costa e Monte Castelo, municípios em que representa o segundo maior componente do VAB.

Comparando com os resultados catarinenses, se verifica que a produção regional equivale a 4,49% do VAB estadual. Enquanto a agropecuária do TCPN corresponde a 13,40% da produção regional, o setor representa 6,07% do VAB estadual. O setor industrial da região (30,63%) está um pouco acima da contribuição do mesmo no âmbito estadual (27,03%). Já o setor de serviços no Estado corresponde a 52,50% da produção, percentual substancialmente superior à participação dos serviços na produção regional (39,39%). Por fim, a administração pública contribui com 16,57% do VAB regional, ante 14,39% na produção estadual.

Os resultados obtidos comprovam que a região não acompanha o desenvolvimento socioeconômico catarinense. Ao contrário, os indicadores selecionados reforçam a ideia do empobrecimento do território, com destaque para a renda média *per capita* e os indicadores relacionados a pobreza. Embora a indústria apresente certo destaque na produção regional, as atividades industriais estão diretamente ligadas ao extrativismo (madeira e erva-mate). Ademais, a agropecuária contribui com o VAB regional proporcionalmente mais que o dobro da contribuição do setor no VAB estadual. Após este detalhamento sobre os municípios do TCPN, cabe examinar a evolução da concentração fundiária nos últimos anos.

A concentração fundiária no TCPN

O quadro 3 apresenta o IGCF dos municípios que integram o TCPN. Entre 1996 e 2006 apenas três municípios apresentaram redução na concentração de terras: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre e Rio Negrinho, sendo que os demais tiveram aumento neste

indicador. Quando se observa o intervalo entre 2006 e 2017, cinco municípios acabaram apresentando redução. Entretanto, ao considerar o período 1996-2017, apenas o município de Mafra apresentou redução no IGCF. Indubitavelmente, o índice comprova que a concentração fundiária no TCPN tem se elevado nas últimas décadas.

Quadro 03: Índice de Gini da Concentração Fundiária (IGCF), no TCPN, 1996-2017

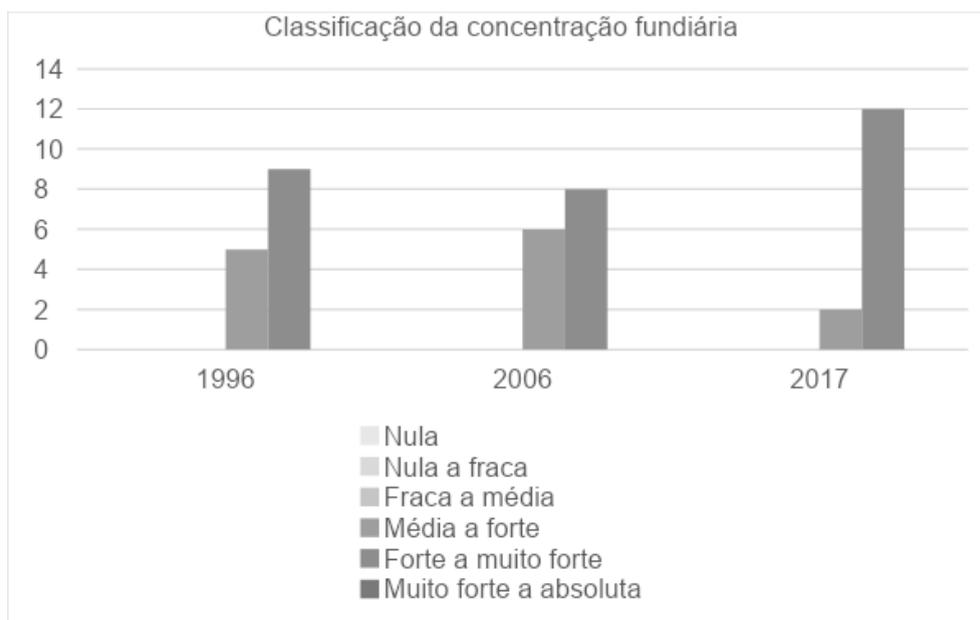
	IGCF 1996	IGCF 2006	IGCF 2017
Bela Vista do Toldo	0,701	0,683	0,769
Campo Alegre	0,711	0,650	0,732
Canoinhas	0,730	0,752	0,770
Irineópolis	0,619	0,693	0,708
Itaiópolis	0,612	0,667	0,657
Mafra	0,750	0,765	0,743
Major Vieira	0,756	0,845	0,787
Matos Costa	0,728	0,738	0,778
Monte Castelo	0,783	0,817	0,813
Papanduva	0,658	0,713	0,708
Porto União	0,568	0,579	0,658
Rio Negrinho	0,802	0,792	0,814
São Bento do Sul	0,615	0,620	0,735
Três Barras	0,811	0,849	0,879

Fonte: elaboração própria, com base nos censos agropecuários do IBGE (1996, 2006 e 2017).

Com relação à classificação referente à concentração fundiária⁷, a figura 4 indica não só o aumento da concentração de terras nos municípios da região, como aponta que em 1996 havia cinco municípios com concentração de “média a forte” (ante nove municípios com concentração de “forte a muito forte”). Já em 2017 apenas dois municípios são classificados com concentração “média a forte”: Itaiópolis e Porto União, pois os demais (doze municípios) possuem concentração fundiária de “forte a muito forte”. Ademais, somente estes dois municípios possuem IGCF menor que o catarinense (0,705). Assim, ainda que Santa Catarina apresenta concentração fundiária “forte a muito forte”, a maioria dos municípios do TCPN apresentam resultado superior ao catarinense.

Figura 04: Classificação da concentração fundiária dos municípios do TCPN – 1996, 2006 e 2017.

⁷ Segundo Câmara (1949, *apud* SOUZA e LIMA, 2003), a do IGCF é distribuída em seis faixas: 1ª 0,000 a 0,100: concentração nula; 2ª de 0,101 a 0,250: nula a fraca; 3ª de 0,251 a 0,500: fraca a média; 4ª de 0,501 a 0,700: média a forte; 5ª de 0,701 a 0,900: forte a muito forte; 6ª de 0,901 a 1,000: concentração muito forte a absoluta.



Fonte: Elaboração própria, com base nos censos agropecuários do IBGE (1996, 2006 e 2017).

A tabela 03 exhibe o número de estabelecimentos agropecuários, a área total desses estabelecimentos e a área média, por município do TCPN, conforme dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017. O número de estabelecimentos aumentou em 1.878 unidades, o que representa uma elevação de 12,50% no período 2006-2017. Este é um resultado interessante, visto que em Santa Catarina houve um decréscimo de 5,47% no número de estabelecimentos rurais. No caso do TCPN, apenas Campo Alegre, Monte Castelo, Papanduva e Três Barras tiveram redução no número de unidades no período.

A área total dos estabelecimentos também apresentou acréscimo, num total de 99.278 hectares (acrécimo de 16,27%). Este resultado é significativamente superior a elevação da área total no Estado, onde a elevação foi de 6,37%. Os municípios de Monte Castelo, Rio Negrinho e Três Barras tiveram redução da área total, enquanto os demais tiveram ampliação. O tamanho médio das propriedades também teve elevação, embora mais modesta (3,35%), com apenas quatro municípios tendo redução na área média. Esta elevação no TCPN foi inferior quando comparada a catarinense, onde o aumento da área média foi da ordem de 12,56%.

Tabela 03: Número de estabelecimentos, área total e área média do TCPN, 2006 e 2017.

	Nº estabelecimentos		Área total (ha)		Área média (ha)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Santa Catarina	193.668	183.066	6.602.506	6.448.785	31,30	35,23
Bela vista do Toldo	982	1.122	21.839	42.807	22,24	38,15

Campo Alegre	746	658	21.190	30.566	28,40	46,45
Canoinhas	2.044	2.916	80.774	89.820	39,52	30,80
Irineópolis	1.429	1.445	41.179	47.823	28,82	33,07
Itaiópolis	2.578	2.615	83.059	84.446	32,22	32,29
Mafra	1.639	1.938	83.449	86.975	50,91	44,88
Major Vieira	830	1.112	38.721	44.580	46,65	40,09
Matos Costa	244	400	17.841	31.337	73,12	78,34
Monte Castelo	763	458	37.122	33.010	48,65	72,07
Papanduva	1.335	1.189	39.752	49.121	29,78	41,31
Porto União	1.014	1.354	44.081	61.695	43,47	45,56
Rio Negrinho	787	824	64.781	58.489	82,31	70,98
São Bento do Sul	225	476	5.563	18.466	24,72	38,79
Três Barras	406	393	30.948	30.442	76,23	77,46
TCPN	15022	16.900	610.299	709.577	40,63	41,99

Fonte: Elaboração própria, baseado nos Censos Agropecuários do IBGE (2006, 2017).

O perfil dos estabelecimentos agropecuários quanto ao tamanho das propriedades pode ser visualizado na tabela 4. Considerando a classificação atual é possível determinar que a grande maioria das unidades agropecuárias da região são consideradas pequenas propriedades⁸, pois 87% são de tamanho inferior a cinquenta hectares. A maior parte dos estabelecimentos agropecuários do TCPN está na faixa de 1 a 10 hectares, representando 39,1% do total. Em doze municípios a maioria das unidades se encontra nesta faixa. As exceções são Matos Costa, onde o maior número de estabelecimentos se encontra na esfera entre 10 e 20 hectares, e Porto União, com predominância das unidades entre 20 e 50 hectares. Por outro lado, apenas Matos Costa e Monte Castelo apresentam percentual superior a 5% de estabelecimentos agropecuários com área acima de 200 hectares.

Tabela 04: Número de estabelecimentos agropecuários, por área, do TCPN, 2017.

	Nº estab. agropec.	De 0 a 1 ha	De 1 a 10 ha	De 10 a 20 ha	De 20 a 50 ha	De 50 a 200 ha	Acima de 200 ha	Produtor sem área
Bela Vista do Toldo	1.122	20	533	259	194	90	25	1
Campo Alegre	658	23	200	143	189	85	15	3
Canoinhas	2.916	141	1.517	529	476	186	64	3

⁸ A classificação utilizada define que pequena propriedade é aquela que possui até quatro módulos fiscais; média propriedade de quatro a quinze módulos e grande propriedades acima de quinze módulos fiscais. (INCRA, 2020b). Contudo, o módulo fiscal varia de acordo com cada município brasileiro. Ainda que todos os municípios do TCPN adotem o mesmo padrão (um módulo fiscal equivale dezesseis hectares), as faixas utilizadas na elaboração do Censo Agropecuário do IBGE não permitem determinar, com exatidão, o perfil dos estabelecimentos agropecuários de cada município (número de propriedades classificadas como pequena, média ou grande).

Irineópolis	1.445	25	640	336	294	121	29	0
Itaiópolis	2.615	45	884	672	708	255	48	3
Mafra	1.938	25	724	423	459	254	52	1
Major Vieira	1.112	33	532	234	185	93	33	2
Matos Costa	400	3	62	193	86	35	21	0
Monte Castelo	458	13	164	97	96	62	26	0
Papanduva	1.189	4	425	292	301	119	44	4
Porto União	1.354	26	332	286	469	201	37	3
Rio Negrinho	824	11	259	233	186	96	38	1
São Bento do Sul	476	36	152	108	126	41	11	2
Três Barras	393	14	184	75	65	35	17	3
TCPN	16.900	419	6608	3880	3834	1673	460	26

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE (2017).

Considerando o aumento da concentração fundiária no período analisado, cabe examinar como a reforma agrária tem ocorrido na região. Para isso, a tabela 5 retrata os assentamentos rurais implementados no TCPN. De acordo com os dados do INCRA (2020a), o número de projetos de assentamentos rurais implantados na região foi de 23 (considerando as décadas de 1980 a 2010). Isso representou o assentamento de 506 famílias, numa área total de 9.986,28 hectares, beneficiando aproximadamente 1.817 pessoas⁹.

Tabela 05: Assentamentos rurais no TCPN, 1980-2020.

	Nº de assentamentos	Famílias assentadas	Área em hectares
Bela Vista do Toldo	1	23	634,12
Canoinhas	1	16	421,21
Irineópolis	2	20	263,1
Itaiópolis	2	19	366,35
Mafra	1	13	149,24
Matos Costa	6	169	3.415,93
Monte Castelo	1	22	473
Papanduva	1	13	177,2
Rio Negrinho	8	211	4.086,13
Total TCPN	23	506	9.986,28

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do INCRA (2020a)

Ainda de acordo com os dados obtidos, são assentamentos rurais pequenos, com poucas famílias assentadas. Outro aspecto que deve ser considerado se refere aos anos de criação desses assentamentos: seis deles foram criados ao longo da década de 1980, dez nos anos 1990, seis na década de 2000 e apenas um nos últimos dez anos (em 2014). Ou seja, a maioria dos assentamentos foram criados há mais de vinte anos (INCRA, 2020a).

⁹ Considerando que o próprio INCRA utiliza uma estimativa de 3,59 pessoas por famílias, num cálculo aproximado são 1.817 pessoas assentadas no TCPN (INCRA, 2020a).

Dessa maneira, parece evidente que a reforma agrária não tem sido prioridade no TCPN, como também parece ser o caso de Santa Catarina e Brasil, dada a elevação da concentração fundiária recente.

Os resultados e análises desta seção evidenciam o aumento da concentração fundiária no TCPN. O IGCF é o principal indicador neste sentido, sendo que em treze dos quatorze municípios houve elevação deste índice no período 1996-2017. Ademais, atualmente doze municípios apresentando concentração fundiária de “forte a muito forte”. Especificamente sobre o período 2006-2013, objeto deste estudo, apenas 35,7% dos municípios tiveram redução na concentração fundiária. Portanto, o período mais recente reforça a ideia da concentração de terras, principalmente quando se observa o abandono dos projetos de assentamentos rurais, indicando o enfraquecimento da reforma agrária brasileira.

Além do mais, os resultados a respeito da concentração fundiária contribuem para a compreensão do desenvolvimento no TCPN. O empobrecimento e os indicadores socioeconômicos insatisfatórios observados na seção anterior não são fortuitos. A estrutura fundiária existente na região e a elevação da concentração de terras sinalizam que, lamentavelmente, este cenário não aparenta passar por um processo de reversão, ao contrário. Afinal, a concentração fundiária tende a acentuar as desigualdades socioeconômicas.

Não obstante, a ausência de uma sólida política de reforma agrária é facilmente observada. Esta nunca foi prioridade do Estado brasileiro, o qual utiliza basicamente projetos de assentamentos rurais como instrumento de distribuição de terras. Consequentemente, se observa que no TCPN a reforma agrária também não é prioridade, o que dificulta a redução dessa concentração fundiária. Considerando a forma pela qual a região foi ocupada, a importância das atividades extrativas e o conflito do Contestado, a necessidade de uma reforma agrária efetiva na região se mostra imprescindível.

Considerações finais

Ainda que Santa Catarina apresenta características socioeconômicas “privilegiadas” quando comparada com as médias brasileiras, tais indicadores não se observam em todo o Estado. Prova disso é o contraste entre os indicadores selecionados do TCPN com as médias catarinenses. Com exceção do índice de Gini, todos os demais indicadores socioeconômicos da região ficaram abaixo das médias estaduais, com destaque para a renda média, IDH, percentual de pobres e extremamente pobres existentes nos municípios da região. Ademais, a importância do setor primário para a economia regional está diretamente relacionada à ocupação do território. Muito embora as atividades industriais

possuam relativa importância em alguns municípios, essas atividades estão diretamente vinculadas ao extrativismo.

A concentração fundiária brasileira é histórica. Este estudo permitiu não só observar que essa concentração permanece, como identificou a elevação da mesma nas últimas décadas, tanto em nível nacional, estadual e, especialmente, nos municípios do TCPN. No que se refere especificamente a estrutura fundiária existente na região, os dados dos últimos dois censos agropecuários exibem o aumento da concentração. O principal indicador que comprova a elevação da concentração, o IGCF, apresentou aumento em 92,85% dos municípios examinados. Além da elevação do índice em si, 85,71% dos municípios apresentaram concentração de terras de “forte a muito forte” em 2017. Também se observou no período de 2006 a 2017 o aumento no número de estabelecimentos agropecuários, da área total cultivada e da área média das propriedades. A maior parte destas unidades são classificadas como pequenas propriedades (mais de 87%), sendo que a maioria dos estabelecimentos são de área entre um e dez hectares (39,1%).

Com base no número de projetos de assentamentos na região, é patente observar a timidez por parte dos governos quanto à reforma agrária. Afinal, dos 23 assentamentos rurais existentes na região, somente um foi criado nos últimos dez anos (em 2014). Considerando que a reforma agrária contribui sobremaneira para a redução da concentração fundiária, os dados indicam que esta não é uma política pública prioritária.

Esta investigação sobre a evolução da concentração de terras não deve ser um trabalho final, pois outras abordagens precisam ser adotadas procurando compreender a atual estrutura fundiária da região. Uma sugestão seria relacionar a magnitude da concentração de terras com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do território. Ademais, outros aspectos podem ser examinados, como o perfil da produção agropecuária do território, as políticas de crédito e financiamentos para o setor, as condições dos produtores rurais, as motivações que impedem um número maior de projetos de reforma agrária, a retomada da importância das atividades extrativistas nos últimos anos, dentre outros.

De qualquer forma, é inconteste os graves problemas socioeconômicos existentes no TCPN. A elevação da concentração fundiária possivelmente tem contribuído para o atual desenvolvimento do Território e, caso não ocorra uma política efetiva de reforma agrária, esta realidade não deverá ser revertida num futuro próximo.

Referências

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: Consulta. 2013.

BERNARDY, Rógis J.; DALOTTO, Roque A. S.; LOCH, Carlos. Evolução da estrutura fundiária rural: o caso da Região Sul do Brasil e do Sul da Mesopotâmia Argentina. **Geodésia online**, 1999.

CARVALHO, Horácio M. de. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. **Revista NERA**, vol. 7, nº 5, p. 113-122, 2004.

CARVALHO, Livia Hernandez. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IdeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na Primeira República: a guerra do Contestado (1912-1916)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

COCA, Estevam L. de Freitas. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, vol. 8, n. 16, p. 170-197, 2013.

DAROSSO, Flávia Paula. A política de terras em Santa Catarina e os diferentes posseiros do Planalto Serrano entre o Império e o início da República. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, vol. 8, nº 1, p. 161-177, 2014.

DORTZBACH, Denilson; VIEIRA, Valci F.; KROTH, Leo T. Colonização e povoamento. In: **Indicação Geográfica erva-mate do Planalto Norte Catarinense: história**. Dortzbach, D.; Tokarski, F.; Neppel, F.; Vieira, V. F. (orgs.). Florianópolis: Epagri, 2018.

GOSS, Fernando. **Discursos e narrativas da Guerra do Contestado**. Dissertação de Mestrado em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, vol. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. **Diálogos**, vol. 16, nº 1, p. 179-215, 2012.

HANISCH, Ana Lucia; GAERTNER, Francielle C.; HIRANO, Elcio; BONFLEUR, Roberto. **Plano Territorial de desenvolvimento rural sustentável do Planalto Norte Catarinense: versão preliminar**. Canoinhas, 2006. 32p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – 2006**. 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017 – resultados definitivos**, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Santa Catarina**, 2020a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries: histórias e estatísticas – glossário**, 2020b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Santa Catarina e municípios**, 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos assentamentos: Santa Catarina**, 2020a.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema Nacional de Cadastro Rural**. 2020b.

KRAJEVSKI, Luis C.; MANTOVANELLI JR. Oklinger; THEIS, Ivo M. Políticas públicas y desarrollo regional: consideraciones exploratorias sobre el Programa Territorios de la Ciudadanía (Brasil), **Política y Sociedad**, vol. 57, nº 1, p. 261-283, 2020.

KROTH, Leo T. Socioeconomia. In: **Indicação Geográfica da erva-mate do Planalto Norte Catarinense**: território. Dortzbach, D.; Vieira, V. F.; Neppel, G.; Kroth, L. T. (orgs.). Florianópolis: Epagri, 2018. 164 p.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MATTEI, Lauro. **Economia catarinense**: crescimento com desigualdades regionais. 2011.

MELO, Thiago da Silva. A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense. **Revista NERA**. Ano 20, nº 35, p. 133-152, 2017.

MILANI, Maria Luiza. Identidade sociocultural do Planalto Norte Catarinense: uma realidade (in)visível. **Revista Científica Ciência em Curso**, vol. 2, nº 2, p. 125-131, 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH – Conceitos**. 2017.

ROCHA, Edénir Assis L. de P.; BAZZANELLA, Sandro L.; MARCHESAN, Jairo. Aspectos sócio-históricos e antropológicos e suas relações com a economia no Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense. **Cadernos Zygmunt Bauman**, vol. 9, nº 21, p. 99-121, 2019.

ROOS, Djoní. Os limites da reforma agrária brasileira e as conquistas camponesas no Paraná. **Geografia em questão**, vol. 4, nº 2, p. 158-180, 2011.

SANTO, Evelise Nunes do E. **Transformações da agricultura no Estado de Santa Catarina, 1920-1985**. Tese de doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.

SIEDENBERG, Dieter R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 1, nº 1, p. 45-71, jan./jun. 2003.

SOUZA, Paulo Marcelo de; LIMA, João Eustáquio de. A distribuição de terra no Brasil e nas unidades da Federação, 1970-95/96. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 34, nº 1, p. 113-132, 2003.

TALASKA, Alcione. Estrutura agrária e agricultura familiar em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, vol. 5, nº 3, p. 29-56, 2017.

THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos A.; KRAJEVSKI, Luis C. Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina, Brasil. In: **Geografia Agrária** (pdf). Ferreira, G. H. C. (org.), 129-141. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

TOMPOROSKI, Alexandre A. Do Movimento Sertanejo do Contestado (1912-1916) à contemporaneidade. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, vol. 28, p. 78-93, 2016.

TOMPOROSKI, Alexandre A.; MARCHESAN, Jairo. Planalto Norte Catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. **Desenvolvimento Regional em debate**, vol. 6, nº 2, ed. esp. P. 51-63, 2016.

TRES, Deysi Regina; REIS, Ademir; SCHLINDWEIN, Sandro L. A construção de cenários da relação homem-natureza sob uma perspectiva sistêmica para o estudo da paisagem em fazendas produtoras de madeira no planalto norte catarinense. **Ambiente & Sociedade**, vol. XIV, n. 1, p. 151-173, 2011.

ZANCHET, Maria Salete. **Estrutura agrária, modernização e distribuição da renda na agropecuária catarinense, em 1980**. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1990.

Sobre os autor

Luis Claudio Krajevski – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5003-9665>.

Como citar este artigo

KRAJEVSKI, Luis Claudio. A concentração fundiária no Território da Cidadania Planalto Norte – Santa Catarina, Brasil. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 203-227, set.-dez. 2022.

Recebido para publicação em 09 de março de 2021.
Devolvido para a revisão em 28 de setembro de 2022.
Aceito a publicação em 01 de novembro de 2022.
